

FLS RDV  
Subholding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de  
dezembro de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## **Aos Acionistas e Administradores da FLS RDV Subholding S.A. Maracanaú – Ceará**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FLS RDV Subholding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de fevereiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FLS RDV Subholding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 20 de fevereiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 14 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior  
Contador CRC CE-021967/0-5

## FLS RDV Subholding S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024			31/12/2024	31/12/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	4	327.976	9.978	Fornecedores		7.001	-				
Dividendos a receber	16	-	15.824	Dividendos a pagar		26.252	21.412				
Contas a receber de clientes	6	52.623	-	Empréstimos e financiamentos	9	109.935	-				
Partes relacionadas - outros créditos	16	5.768	1	Ações preferenciais resgatáveis	10	5.536	5.536				
Despesas antecipadas		6.327	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	16	5.822	-				
Outros créditos		1.551	69	Obrigações fiscais		9.591	5				
				Obrigações trabalhistas		396	-				
				Imposto de renda e contribuição social	18	5.995	-				
				Outras contas a pagar		7.298	-				
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>394.245</b>	<b>25.872</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>177.826</b>	<b>26.953</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	5	116.407	-	Empréstimos e financiamentos	9	1.820.067	-				
				Ações preferenciais resgatáveis	10	570.786	570.786				
				Provisão de desmobilização		26.223	-				
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>116.407</b>	<b>-</b>	<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>2.417.076</b>	<b>570.786</b>				
Investimentos	8	-	687.198	<b>Patrimônio líquido</b>	11						
Imobilizado	7	2.404.270	-	Capital social		43.898	43.898				
Intangível		5.534	-	Reserva legal		4.508	4.508				
				Reserva de lucros a distribuir		66.925	66.925				
				<b>Total</b>		<b>115.331</b>	<b>115.331</b>				
				<b>Participação de acionistas não controladores</b>		<b>210.223</b>	<b>-</b>				
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>2.409.804</b>	<b>687.198</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>325.554</b>	<b>115.331</b>				
				<b>Total do Passivo</b>		<b>2.594.902</b>	<b>597.739</b>				
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.920.456</b>	<b>713.070</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>2.920.456</b>	<b>713.070</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## FLS RDV Subholding S.A.

### Demonstrações do resultado do período de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	<b>Nota</b>	<b>20/02/2024 à</b>	<b>20/02/2024 à</b>
		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2024</b>
Receita líquida de vendas	12	441.537	-
Custos operacionais	13	(154.042)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>287.495</b>	<b>-</b>
Despesas gerais ou administrativas	14	(9.334)	(17)
Outras receitas operacionais		391	-
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(8.943)</b>	<b>(17)</b>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>278.552</b>	<b>(17)</b>
Receitas financeiras	15	28.239	381
Despesas financeiras	15	(145.964)	(44.437)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(117.725)</b>	<b>(44.056)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	134.229
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>160.827</b>	<b>90.156</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(23.070)	-
<b>Lucro do período</b>		<b>137.757</b>	<b>90.156</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>			
Acionista controlador		<b>90.156</b>	
Acionistas não controladores		<b>47.601</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **FLS RDV Subholding S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

do período de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2024

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
	<b>20/02/2024 à</b>	<b>20/02/2024 à</b>
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Lucro do período</b>	<b>137.757</b>	<b>90.156</b>
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>137.757</b>	<b>90.156</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**FLS RDV Subholding S.A.****Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2024***(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 20 de fevereiro de 2024</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
Capital subscrito	11	43.898	(43.898)	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	11	-	43.898	-	-	-	<b>43.898</b>	-	<b>43.898</b>
Incorporação de controladas	8	-	-	-	-	-	-	167.462	<b>167.462</b>
Outras movimentações de capital	8	-	-	-	2.689	-	<b>2.689</b>	-	<b>2.689</b>
Lucro do período		-	-	-	-	90.156	<b>90.156</b>	47.601	<b>137.757</b>
<b>Destinação do Lucro</b>									
Reserva legal	11	-	-	4.508	-	(4.508)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	11	-	-	-	-	(21.412)	<b>(21.412)</b>	(4.840)	<b>(26.252)</b>
Reserva de lucros a distribuir	11	-	-	-	64.236	(64.236)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>43.898</b>	<b>-</b>	<b>4.508</b>	<b>66.925</b>	<b>-</b>	<b>115.331</b>	<b>210.223</b>	<b>325.554</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## FLS RDV Subholding S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa do período de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
		<u>20/02/2024 à</u>	<u>20/02/2024 à</u>
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do período</b>		137.757	90.156
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação	7	76.220	-
Equivalência patrimonial	8	-	(134.229)
Rendimento de aplicações	5	(7.338)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	100.013	4.686
Apropriação do custo de captação	9	5.291	-
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	10	39.737	39.737
Imposto de renda e contribuição social	18	23.147	-
Outros		856	(61)
		<b>375.683</b>	<b>289</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber de clientes		(6.304)	-
Outros créditos		(131)	2.667
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(832)	(1)
Fornecedores		(8.469)	-
Obrigações trabalhistas		(56)	-
Obrigações fiscais		(9.621)	5
Outras contas a pagar		3.548	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>353.818</b>	<b>2.960</b>
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(82.563)	(13.287)
Juros pagos sobre ações preferenciais resgatáveis	10	(34.201)	(34.201)
Impostos pagos sobre o lucro	18	(8.920)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>228.134</b>	<b>(44.528)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras	5	(1.003)	-
Resgates de aplicações financeiras	5	3.783	-
Incorporação de controladas, líquido do caixa adquirido		253.656	-
Aquisição de imobilizado	7	(1.513)	-
Aquisição de intangível		(4.132)	-
Dividendos recebidos	8	-	40.720
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>		<b>250.791</b>	<b>40.720</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Capital integralizado	11	37.000	37.000
Dividendos pagos a acionistas	11	(73.020)	-
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	9	(666.803)	(594.000)
Captação - ações preferenciais resgatáveis	10	600.000	600.000
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(18.912)	-
Custo de captação - ações preferenciais resgatáveis	10	(29.214)	(29.214)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas (provenientes das) atividades de financiamento</b>		<b>(150.949)</b>	<b>13.786</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>327.976</b>	<b>9.978</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	327.976	9.978
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>327.976</b>	<b>9.978</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1 Contexto operacional

A FLS RDV Subholding S.A. ("Companhia"), com sede em Marcaná (CE), foi constituída em 20 de fevereiro de 2024 e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável.

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração dos empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominados EOL Ventos de São Januário 20 a 23, EOL Ventos de Santa Martina 01 e 09 a 14; e a comercialização de energia elétrica.

#### Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava CCL negativo de R\$ 1.081, devido aos saldos de dividendos a pagar e ações preferenciais resgatáveis que serão amortizados no curto prazo. O CCL negativo será garantido com base no recebimento de dividendos oriundos do fluxo de caixa operacional das controladas.

### 1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

#### (a) Constituição da Empresa

Em 16 de fevereiro de 2024, foi constituída por meio de sociedade limitada, a empresa Ventos de Santa Valentina Energias Renováveis Ltda. ("Santa Valentina"), deliberada com o capital social de R\$ 1, dividido em 1.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, pela Casa dos ventos S.A. ("CDV"), que detinha 100% de participação no capital social.

#### (b) Mudança de estrutura societária e razão social

Em 04 de março de 2024, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a transformação do tipo societário da Santa Valentina, de sociedade limitada que passou a ser sociedade anônima de capital fechado, assim como a alteração da denominação societária para FLS RDV Subholding S.A.

#### (c) Aporte de capital por meio da transferência de ativos e passivos

Nos dias 13 e 29 de maio de 2024 a Companhia recebeu, por meio de AGE, aumento de capital da CDV nos montantes de R\$ 13.898 e R\$ 30.000, respectivamente (notas 8 e 11).

#### (d) Emissão de ações preferenciais resgatáveis

Em 06 de junho de 2024, a Companhia, a CDV e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") celebraram acordo de investimento, por meio do qual acordou-se um aporte pelo Itaú no montante de R\$ 600.000, mediante a emissão de 12.728.045 ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no recebimento de dividendos fixos obrigatórios (nota 10).

### 1.2 Descrição dos projetos em fase operacional controlados pela Companhia

#### Projeto Folha Larga Sul ("FLS")

O projeto contempla a operação de três parques eólicos, com capacidade instalada de 151,2 MW (36 aerogeradores modelo Vestas V150 4.2) e está localizado no estado da Bahia, a cerca de 430 km de Salvador (BA). Os parques eólicos iniciaram comissionamento dos aerogeradores em abril de 2020, e estão 100% em operação comercial desde agosto de 2020. O projeto possui financiamento de longo prazo junto ao BNB.

### *Projeto Rio do Vento (“RDV”)*

O projeto contempla oito parques eólicos, com capacidade instalada de 504 MW (120 aerogeradores modelo Vestas V150 4.2) e está localizado no estado do Rio Grande do Norte, a cerca de 105 km de Natal (RN). Os parques eólicos iniciaram comissionamento dos aerogeradores em maio de 2021, e estão em operação comercial plena desde fevereiro de 2022. O projeto conta com financiamentos de longo prazo do BNDES e BNB.

## 2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 14 de março de 2025.

### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis. A Companhia e suas controladas não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### *Mensuração do valor justo*

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## 2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações de resultado das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

Projeto	Parque eólico	Localização	Data de constituição	Status	Controle	Participação
					31/12/2024	31/12/2024
<b>Projeto Folha Larga Sul (“FLS”)</b>						
Ventos de São Bento Holding S.A. (“São Bento Holding”)	n/a	Maracanaú (CE) (*)	27/10/2011	Holding	Direto	95,10%
Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A. (“São Bento”)	Ventos de São Januário 20	Campo Formoso (BA)	10/11/2011	Operacional	Indireto	95,10%
Ventos de Santo Eloy Holding S.A. (“Santo Eloy Holding”)	n/a	Maracanaú (CE) (*)	21/02/2011	Holding	Direto	95,10%
Ventos de Santo Eloy Energias Renováveis S.A. (“Santo Eloy”)	Ventos de São Januário 22	Campo Formoso (BA)	22/02/2011	Operacional	Indireto	95,10%
Ventos de São Galvão Holding S.A. (“São Galvão Holding”)	n/a	Maracanaú (CE) (*)	28/10/2010	Holding	Direto	95,10%
Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A. (“São Galvão”)	Ventos de São Januário 21	Campo Formoso (BA)	15/05/2015	Operacional	Indireto	95,10%
<b>Projeto Rio do Vento (“RDV”)</b>						
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A. (“Santo Abelardo”)	Ventos de São Januário 23	Ruy Barbosa (RN)	10/08/2015	Operacional	Direto	74,84%
Ventos de Santa Alice Holding S.A. (“Santa Alice Holding”)	n/a	Maracanaú (CE) (*)	06/02/2019	Holding	Direto	70,20%
Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A. (“Santa Alice”)	Ventos de Santa Martina 10	Ruy Barbosa (RN)	23/01/2018	Operacional	Indireto	70,20%

Projeto	Parque eólico	Localização	Data de constituição	Status	Controle	Participação
					31/12/2024	31/12/2024
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A. (“Santa Amélia”)	Ventos de Santa Martina 01	Caiçara do Rio Do Vento (RN)	05/03/2018	Operacional	Direto	74,84%
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A. (“Santo Artur”)	Ventos de Santa Martina 09	Riachuelo e Ruy Barbosa (RN)	23/01/2018	Operacional	Direto	75,10%
Ventos de São Felipe Holding S.A. (“Santa Alice Holding”)	n/a	Maracanaú (CE) (*)	06/02/2019	Holding	Direto	70,20%
Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A. (“São Felipe”)	Ventos de Santa Martina 11	Riachuelo (RN)	23/01/2018	Operacional	Indireto	70,20%
Ventos de São Mizaél Holding S.A. (“Santa Alice Holding”)	n/a	Maracanaú (CE) (*)	06/02/2019	Holding	Direto	70,20%
Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A. (“São Mizaél”)	Ventos de Santa Martina 12	Riachuelo e Bento Fernandes (RN)	23/01/2018	Operacional	Indireto	70,20%
Ventos de Santa Sara Holding S.A. (“Santa Alice Holding”)	n/a	Maracanaú (CE) (*)	06/02/2019	Holding	Direto	70,20%
Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A. (“Santa Sara”)	Ventos de Santa Martina 13	Riachuelo e Bento Fernandes (RN)	23/01/2018	Operacional	Indireto	70,20%
Ventos de Santa Sofia Holding S.A. (“Santa Sofia Holding”)	n/a	Maracanaú (CE) (*)	06/02/2019	Holding	Direto	71,09%
Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A. (“Santa Sofia”)	Ventos de Santa Martina 14	Riachuelo e Caiçara do Rio do Vento (RN)	23/01/2018	Operacional	Indireto	71,09%

(\*) As investidas que possuem status de Holding na estrutura de investimentos da Companhia atuam por meio de atividades estritamente administrativas. Para estas controladas apresenta-se na tabela acima a localização da sede administrativa.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

## 2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (ii) Classificação e mensuração subsequente

#### *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### (iii) Desreconhecimento

#### *Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem, nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### (iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, dividendos a receber, contas a receber de clientes e partes relacionadas – outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, dividendos a pagar, empréstimos e financiamentos, ações preferenciais resgatáveis, outras contas a pagar e partes relacionadas – outras contas a pagar.

## 2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

## 2.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas são determinadas por consultoria especializada durante o processo de unitização dos ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### Provisão de desmobilização de ativos

Refere-se a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pelas controladas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as controladas do projeto Rio do Vento constituíram provisão para desmobilização, considerando que há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

## 2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## 2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a

regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias. A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas indiretas, em operação comercial, foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas indiretas, em operação comercial, foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

## 2.11 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia e sua controlada adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações individuais e consolidadas comparativas, pois a Companhia e sua controlada não possuem notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

## 2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
  - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
  - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

### 3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e suas controladas de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito

contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são as dívidas apresentadas nas notas 9 e 10.

A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis. A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas, apresentadas nas notas 9 e 10, possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

*Análise de sensibilidade (Consolidado)*

Descrição	Saldo 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundos de investimentos - restrito	324.267	Baixa do CDI	318.846	313.592
Efeito no resultado	20.709		15.288	10.034
Aplicações financeiras vinculadas	116.407	Baixa do CDI	114.487	112.626
Efeito no resultado	7.338		5.418	3.557
Empréstimos e financiamentos	(2.052.318)	Alta do IPCA	(2.078.540)	(2.104.761)
Efeito no resultado	(100.013)		(126.235)	(152.456)
Ações preferenciais resgatáveis	(605.537)	Alta do CDI	(616.123)	(626.709)
Efeito no resultado	(39.737)		(50.323)	(60.909)

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2024
Caixa	1	-
Bancos conta movimento	3.707	4
Aplicações financeiras	1	-
Aplicações financeiras - fundo restrito (a)	324.267	9.974
<b>Total</b>	<b>327.976</b>	<b>9.978</b>

- (a) A Companhia e suas controladas possuem aplicações alocadas em fundos de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da

Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a.

## 5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

### a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024
Aplicações vinculadas – Fundo de Liquidez BNB (a)	57.221
Aplicações vinculadas – Contas Reservas BNDES (b)	59.186
<b>Total</b>	<b>116.407</b>

Ativo não circulante 116.407

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) em conta de fundo de liquidez constituído por meio dos contratos de financiamentos firmados pelas controladas junto ao BNB. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,12% a.a em 31 de dezembro de 2024.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pelas controladas da Companhia nos contratos de financiamentos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Tais recursos serão mantidos em conta no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelo credor para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024.

### b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	-
Adição por incorporação de controladas	113.494
Rendimento de aplicações	7.338
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(1.645)
Aplicações financeiras	1.003
Resgates de aplicações financeiras	(3.783)
<b>Saldos finais</b>	<b>116.407</b>

## 6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2024
Venda de energia – terceiros	49.526
Venda de energia – partes relacionadas (nota 16)	3.097
<b>Total</b>	<b>52.623</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis das controladas. As controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024.

## 7 Imobilizado (Consolidado)

### a. Composição do saldo

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024
Terrenos	-	200	-	200
Torres anemométricas	10%	2.484	(1.341)	1.143
Máquinas e equipamentos	1,8% a 16,6%	2.738.532	(392.414)	2.346.118
Edificações	3,3% a 4%	38.159	(4.681)	33.478
Equipamentos de processamento de dados	20%	17	(7)	10
Móveis e Utensílios	10%	275	(71)	204
Provisão de desmobilização	2,8%	23.910	(1.367)	22.543
Instalações	20%	61	(24)	37
Ferramentas	20%	120	(44)	76
Veículos	20%	890	(429)	461
<b>Total</b>		<b>2.804.648</b>	<b>(400.378)</b>	<b>2.404.270</b>

### b. Movimentação do saldo

Descrição	20/02/2024	Incorporação de controladas	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Terrenos	-	200	-	-	-	200
Torres anemométricas	-	1.340	-	(29)	(168)	1.143
Máquinas e equipamentos	-	2.419.232	1.508	-	(74.622)	2.346.118
Edificações	-	34.334	-	-	(856)	33.478
Equipamentos de processamento de dados	-	11	-	-	(1)	10
Móveis e Utensílios	-	211	5	-	(12)	204
Provisão de desmobilização	-	22.999	-	-	(456)	22.543
Instalações	-	41	-	-	(4)	37
Ferramentas	-	84	-	-	(8)	76
Veículos	-	566	-	(12)	(93)	461
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.479.018</b>	<b>1.513</b>	<b>(41)</b>	<b>(76.220)</b>	<b>2.404.270</b>

## 8 Investimentos (Controladora)

Em 13 de maio de 2024, por meio de AGE, a CDV realizou aumento de capital na Companhia mediante a transferência de investimentos nos projetos Folha Larga Sul e Rio do Vento no montante de R\$ 606.824, sem efeito caixa no exercício. Abaixo apresenta-se os saldos incorporados, bem como o acervo líquido cedido pela CDV à Companhia:

Controladas	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	(%)	Acervo
<b>Projeto FLS</b>	<b>6.956</b>	<b>157.513</b>	<b>(6.657)</b>	<b>-</b>	<b>157.812</b>		<b>150.079</b>
São Bento Holding	3.021	52.016	(2.903)	-	52.134	95,1	49.580
São Galvão Holding	2.279	52.911	(2.236)	-	52.954	95,1	50.359
Santo Eloy Holding	1.656	52.586	(1.518)	-	52.724	95,1	50.140
<b>Projeto RDV</b>	<b>233.030</b>	<b>1.159.582</b>	<b>(118.417)</b>	<b>(641.323)</b>	<b>632.872</b>		<b>456.745</b>
Santa Amélia	60.263	254.644	(22.575)	(216.262)	76.070	74,8	56.932
Santo Artur	88.610	260.127	(24.253)	(219.080)	105.404	75,1	79.158
Santo Abelardo	40.965	261.643	(29.792)	(205.981)	66.835	74,8	50.021
Santa Alice Holding	9.227	69.433	(9.136)	-	69.524	70,2	48.806
São Felipe Holding	10.238	77.038	(10.149)	-	77.127	70,2	54.143
São Mizaél Holding	9.587	82.400	(8.942)	-	83.045	70,2	58.297
Santa Sara Holding	9.756	79.357	(9.666)	-	79.447	70,2	55.771
Santa Sofia Holding	4.384	74.940	(3.904)	-	75.420	71,1	53.617
<b>Total</b>	<b>239.986</b>	<b>1.317.095</b>	<b>(125.074)</b>	<b>(641.323)</b>	<b>790.684</b>		<b>606.824</b>

Como resultado da transação, incorpora-se ao balanço consolidado da Companhia a diferença entre o patrimônio líquido e o acervo incorporado no montante de R\$ 183.860 relativos à acionistas não controladores. Ao final do exercício, esse montante era equivalente a R\$ 210.223, sendo R\$ 162.622 sendo o efeito da incorporação do acervo líquido sem o efeito do resultado das controladas.

a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2024
<b>Projeto FLS</b>	<b>162.346</b>
São Bento Holding	49.716
São Galvão Holding	56.799
Santo Eloy Holding	55.831
<b>Projeto RDV</b>	<b>524.852</b>
Santa Amélia	68.417
Santo Artur	91.712
Santo Abelardo	59.550
Santa Alice Holding	54.694
São Felipe Holding	60.453
São Mizaël Holding	66.957
Santa Sara Holding	60.467
Santa Sofia Holding	62.602
<b>Total</b>	<b>687.198</b>

b. Movimentação do saldo

Controladas	20/02/2024	Cessão de investimento	Equivalência Patrimonial	Distribuição de lucros (a)	Outras	31/12/2024
<b>Projeto FLS</b>	-	150.079	14.582	(2.315)	-	162.346
São Bento Holding	-	49.580	845	(709)	-	49.716
São Galvão Holding	-	50.359	7.338	(898)	-	56.799
Santo Eloy Holding	-	50.140	6.399	(708)	-	55.831
<b>Projeto RDV</b>	-	456.745	119.647	(54.229)	2.689	524.852
Santa Amélia	-	56.932	15.207	(3.722)	-	68.417
Santo Artur	-	79.158	14.322	(4.457)	2.689	91.712
Santo Abelardo	-	50.021	12.005	(2.476)	-	59.550
Santa Alice Holding	-	48.806	17.387	(11.499)	-	54.694
São Felipe Holding	-	54.143	17.489	(11.179)	-	60.453
São Mizaël Holding	-	58.297	16.821	(8.161)	-	66.957
Santa Sara Holding	-	55.771	14.576	(9.880)	-	60.467
Santa Sofia Holding	-	53.617	11.840	(2.855)	-	62.602
<b>Total</b>	-	606.824	134.229	(56.544)	2.689	687.198

- (a) Durante o exercício a Companhia recebeu dividendos intermediários apurados sobre os lucros das controladas do projeto RDV, do período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2024, conforme deliberado em AGE no dia 30 de outubro de 2024, totalizando o montante de R\$ 40.720 com efeito caixa no exercício.

c. Saldos das controladas

Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2024

Controladas	Participação (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado 31/12/2024	(a)	(b)
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024			
<b>Projeto FLS</b>		173.144	2.433	170.711	10.244	157.810	15.333
São Bento Holding	95,1	53.022	745	52.278	3.134	52.134	888
São Galvão Holding	95,1	60.670	944	59.725	3.976	52.953	7.716
Santo Eloy Holding	95,1	59.452	744	58.708	3.134	52.723	6.729
<b>Projeto RDV</b>		1.424.070	697.364	726.706	194.561	632.871	166.492
Santa Amélia	74,8	324.628	233.212	91.415	20.940	76.069	20.319
Santo Artur	75,1	359.193	237.073	122.120	24.988	105.403	19.071
Santo Abelardo	74,8	302.632	223.064	79.568	13.932	66.836	16.041
Santa Alice Holding	70,2	77.912	-	77.912	32.173	69.524	24.767
São Felipe Holding	70,2	86.114	-	86.115	30.592	77.127	24.914
São Mizaél Holding	70,2	95.381	-	95.381	29.256	83.045	23.962
Santa Sara Holding	70,2	86.135	-	86.135	25.774	79.446	20.764
Santa Sofia Holding	71,0	92.075	4.015	88.060	16.906	75.421	16.654
<b>Total</b>		1.597.214	699.797	897.417	204.805	790.681	181.825

(a) Patrimônio líquido na data de incorporação.

(b) Resultado do período na data de incorporação até o encerramento do exercício.

9 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

As controladas celebraram contratos de empréstimos e financiamentos destinados à implantação dos empreendimentos com o BNB e o BNDES. Em 31 de dezembro de 2024, as controladas possuem ativos os seguintes contratos de dívidas:

Controladas	Banco	Data do contrato	Data de início do pagamento	Vencimento	Valor contratado
Santo Artur	BNDES	30/04/2021	15/07/2022	15/06/2041	216.712
Santa Sofia	BNDES	24/06/2020	15/07/2022	15/06/2041	207.563
Santo Abelardo	BNDES	29/12/2020	15/09/2022	15/06/2041	204.334
Santa Amélia	BNDES	29/12/2020	15/07/2022	15/06/2041	212.691
São Bento	BNB	30/11/2018	28/02/2021	15/12/2038	184.135
Santo Eloy	BNB	30/11/2018	28/02/2021	15/12/2038	183.436
São Galvão	BNB	30/11/2018	28/02/2021	15/12/2038	183.436
Santa Alice	BNB	30/12/2019	15/08/2022	15/01/2041	166.830
São Felipe	BNB	30/12/2019	15/08/2022	15/01/2039	166.830
São Mizaél	BNB	30/12/2019	15/08/2022	15/01/2036	166.830
Santa Sara	BNB	30/12/2019	15/08/2022	15/01/2042	177.861
<b>Total contratado</b>					<b>2.070.658</b>

a. Composição do saldo

Descrição	Encargos Anuais Médios	Tipo	31/12/2024
BNDES	IPCA + 4,25% a 4,77%	FINEM	936.221
BNB	IPCA + 1,15% a 2,27%	FNE	1.116.097
(-) Custos de captação			(122.316)
<b>Total</b>			<b>1.930.002</b>

b. Movimentação da conta

Descrição	BNDES	BNB	Notas Comerciais	Total
Saldo inicial - 20 de fevereiro de 2024	-	-	-	-
Adição por incorporação de controladas	904.406	1.085.969	-	1.990.375
Incorporação de notas comerciais	-	-	602.601	602.601
Amortizações de principal	(37.777)	(35.026)	(594.000)	(666.803)
Juros incorridos	53.287	42.040	4.686	100.013
Juros pagos	(28.334)	(40.942)	(13.287)	(82.563)
Apropriação do custo de captação	2.096	3.195	-	5.291
Custo de captação incorrido no exercício	(9.237)	(9.675)	-	(18.912)
Saldo final - 31 de dezembro de 2024	884.441	1.045.561	-	1.930.002

Em 13 de maio de 2024 a CDV realizou aumento no capital social da Companhia, celebrado em AGE, mediante a cessão de ativos e passivos, incluindo o saldo de Notas Comerciais, totalizando R\$ 602.601 nesta data, sem efeito caixa no exercício. Em 07 de junho de 2024 a Companhia realizou a liquidação integral das notas comerciais no montante de R\$ 607.287, sendo R\$ 594.000 relativos ao principal e R\$ 13.287 aos juros da dívida.

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024	
	Valor	%
2026	116.837	6,0%
2027	116.892	6,0%
2028	119.476	6,2%
2029	123.949	6,4%
2030	127.379	6,6%
2031	132.528	6,9%
2032	133.563	6,9%
2033	138.185	7,1%
2034	142.425	7,4%
2035	147.253	7,6%
2036	137.573	7,1%
2037	141.357	7,3%
2038	143.076	7,4%
2039	84.819	4,4%
2040	84.815	4,4%
2041	43.110	2,2%
2042	1.141	0,1%
Total parcelas – longo prazo	1.934.378	100,0%
(-) Custo de captação – longo prazo	(114.311)	
Saldo total – longo prazo	1.820.067	

d. **Garantias e covenants**

Modalidade	Garantias
BNB (a)	a. Fiança bancária correspondente ao valor total ou parcial do saldo devedor da dívida, até que determinadas condições sejam atingidas; b. Penhor de ações e aerogeradores das controladas; c. Cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pelas controladas; e d. Contas reservas do serviço da dívida.
BNDES (b)	a. Fiança bancária de 100% do saldo devedor da dívida até a conclusão físico-financeira do empreendimento; b. Penhor de ações e aerogeradores das controladas; c. Cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pelas controladas; e d. Contas reservas do serviço da dívida.

- (a) Os *covenants* dos contratos firmados são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB. Os contratos firmados com as controladas de FLS contém *covenants* financeiros estabelecendo que as empresas devem atingir determinado Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) e se manter abaixo de determinado Índice de Dívida Líquida / EBITDA.
- (b) Os contratos de financiamentos com o BNDES contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que as controladas devem atingir determinado índice de ICSD.

Em 31 de dezembro de 2024 as controladas encontravam-se adimplentes com os *covenants* financeiros e não financeiros estabelecidos nos contratos.

10 **Ações preferenciais resgatáveis**

Em 06 de junho de 2024, a Companhia emitiu 12.728.045 ações preferenciais resgatáveis (“APRs”), escriturais e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pelo Itaú, mediante aporte de capital no montante de R\$ 600.000, tornando-se acionista da Companhia (nota 1.1.d). Em referida data, um acordo de acionistas foi celebrado entre o Itaú e a CDV, com a interveniência e anuência da Companhia. Como resultado da transação, o quadro acionário da Companhia passou a conter a seguinte composição:

Acionistas	Ações ordinárias	APRs	Participação
CDV	43.897.847	-	77,52%
Itaú	-	12.728.045	22,48%
<b>Total</b>	<b>56.625.892</b>		<b>100,00%</b>

As APRs não possuem direito a voto e terão direito a dividendos prioritários, cumulativos e obrigatórios, equivalentes a 100% da taxa DI, acrescidas de 1,05% ao ano, de forma *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, apurada entre (a) a data de integralização e a primeira data de distribuição de proventos; e (b) as datas de distribuição de proventos, em todos os casos sempre devidos sobre o valor atualizado do investimento. A primeira data de distribuição de dividendos ocorreu no dia 03 de dezembro de 2024, com o pagamento aos detentores das ações preferenciais resgatáveis no montante de R\$ 34.201. Conforme cronograma pré-definido, os resgates das APRs deverão ocorrer entre os dias 1º de maio de 2026 a 30 de novembro de 2036.

Não obstante a participação do Itaú na composição societária da Companhia, tendo em vista que, nos termos das normas contábeis vigentes, as APRs caracterizam-se como instrumento de dívida, portanto, para fins destas demonstrações financeiras, considera-se apenas a participação societária da CDV no capital social, detentora de 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia e sua controladora final.

a. Composição do saldo

Descrição	Encargos Anuais Médios	31/12/2024
Ações preferenciais resgatáveis	CDI + 1,05%	605.537
(-) Custos de captação		(29.215)
<b>Total</b>		<b>576.322</b>
Circulante		5.536
Não circulante		570.786

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024
Saldos iniciais	-
Captações	600.000
Juros incorridos	39.737
Juros amortizados	(34.201)
Custos de captação incorridos no exercício	(29.214)
<b>Saldos finais</b>	<b>576.322</b>

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024	
	Valor	%
2026	22.121	3,7%
2027	26.300	4,4%
2028	31.680	5,3%
2029	36.700	6,1%
2030	40.120	6,7%
2031	43.400	7,2%
2032	67.100	11,2%
2033	73.100	12,2%
2034	73.350	12,2%
2035	78.590	13,1%
2036	107.540	17,9%
<b>Total parcelas – longo prazo</b>	<b>600.001</b>	<b>100,0%</b>
(-) Custo de captação – longo prazo	(29.215)	
<b>Saldo contábil – longo prazo</b>	<b>570.786</b>	

11 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 43.898 em 31 de dezembro de 2024 e está representado por 43.897.847 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
CDV	100%	43.898	43.897.847
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>43.898</b>	<b>43.897.847</b>

**Boletins de integralização**

Durante o exercício de 2024 a CDV efetuou aportes de capital mediante boletins de integralização no montante de R\$ 1.

**Aumento de capital**

Em 30 de julho de 2024, conforme AGE, a CDV subscreveu 13.896.847 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, que equivalem ao montante de R\$ 13.898, integralizado mediante contribuição da participação societária que detinha nos projetos eólicos Folha Larga Sul e Rio do Ventos, sendo (i)

R\$ 6.898 correspondente ao valor líquido da (a) cessão de Contratos de Mútuos, (b) cessão de participação acionária – vide nota 8, e (c) cessão de dívidas assumidas de Notas Comerciais – vide nota 9, que não tiveram efeito caixa e (ii) R\$ 7.000 relativas a aporte de capital em moeda corrente nesta data.

Em 29 de maio de 2024, conforme AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 30.000 e plenamente integralizado em moeda corrente, mediante recibo de subscrição.

### Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do Estatuto Social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 21.412, conforme tabela abaixo:

Descrição	31/12/2024
Lucro do exercício	90.156
(-) Reserva legal (5%)	(4.508)
<b>Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>85.648</b>
<b>Dividendos propostos</b>	<b>21.412</b>

Adicionalmente, em 2024 as controladas da Companhia distribuíram R\$ 4.840 em dividendos para acionistas não controladores.

### Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 4.508, conforme tabela acima.

### Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 66.925.

### Dividendos pagos a acionistas não controladores

Durante o exercício de 2024 as controladas realizaram pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 73.020 para acionistas não controladores.

## 12 Receita líquida de vendas

Descrição	20/02/2024 à 31/12/2024
Venda de energia	458.144
PIS e Cofins sobre vendas	(16.607)
<b>Total</b>	<b>441.537</b>

### 13 Custos operacionais

Descrição	20/02/2024 à 31/12/2024
Custos com pessoal	(1.900)
Energia comprada	(40.671)
Depreciação	(76.220)
Gastos operacionais	(4.734)
Seguros	(4.349)
Gastos com propriedades	(6.721)
Gastos com manutenção	(14.493)
Outros custos	(4.954)
<b>Total</b>	<b>(154.042)</b>

### 14 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado	Controladora
	20/02/2024 à 31/12/2024	20/02/2024 à 31/12/2024
Serviços - Pessoa Jurídica (a)	(9.140)	-
Tributos e contribuições	(149)	(18)
Outras despesas	(45)	-
<b>Total</b>	<b>(9.334)</b>	<b>(18)</b>

(a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 8.887 se refere a pagamentos de consultoria à CDV realizados pelas controladas, conforme citado na nota 16(a).

### 15 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado	Controladora
	20/02/2024 à 31/12/2024	20/02/2024 à 31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação	28.047	320
Juros sobre mútuos recebidos	61	61
Outras Receitas financeiras	131	-
<b>Total</b>	<b>28.239</b>	<b>381</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre provisão de desmobilização	(815)	-
Juros sobre empréstimos e financiamento	(100.013)	(4.686)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	(39.737)	(39.737)
Apropriação do custo de captação	(5.301)	-
Outras despesas financeiras	(98)	(14)
<b>Total</b>	<b>(145.964)</b>	<b>(44.437)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(117.725)</b>	<b>(44.056)</b>

## 16 Partes relacionadas (Consolidado)

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrentes de transações das controladas com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2024
<b>Ativo</b>	<b>8.865</b>	<b>15.825</b>
Contas a receber de clientes		
Venda de energia (c)	3.097	-
Partes relacionadas - outros créditos	5.768	1
Transações de condomínios (b)	5.767	-
Outros créditos a receber	1	1
Dividendos a receber	-	15.824
<b>Passivo</b>	<b>27.491</b>	<b>21.412</b>
Partes relacionadas – outras contas a pagar	5.822	-
Transações de condomínios (b)	5.765	-
Serviço tomados - pessoa jurídica (a)	57	-
Dividendos a pagar	21.669	21.412
<b>Resultado do período de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2024</b>	<b>59.638</b>	<b>-</b>
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	71.938	-
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(4.413)	-
Despesas gerais ou administrativas		
Serviço tomados - pessoa jurídica (a)	(8.887)	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 as controladas possuíam contratos de prestação de serviços firmados com a CDV, com a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) As controladas possuíam gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) As controladas possuíam operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A CDV é a controladora final da Companhia.

### Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 04 de março de 2024, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

## 17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		327.976	327.976	9.978	9.978
Contas a receber de clientes		52.623	52.623	-	-
Dividendos a receber		15.824	-	15.824	15.824
Partes relacionadas - outros créditos		5.768	5.768	1	1
Aplicações financeiras vinculadas		116.407	116.407	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(1.930.002)	(2.052.318)	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	Nível 2	(576.322)	(605.537)	(576.322)	(605.537)
Fornecedores		(7.001)	(7.001)	-	-
Outras contas a pagar		(4.124)	(4.124)	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(5.822)	(5.822)	-	-
<b>Total</b>		<b>(2.004.673)</b>	<b>(2.172.028)</b>	<b>(550.519)</b>	<b>(579.734)</b>

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

**b. Mensuração do valor justo**

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 1 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos, financiamentos e APRs	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

## 18 Imposto de renda e contribuição social corrente

**a. Composição do saldo no resultado:**

Descrição	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(15.702)
Contribuição social corrente	(7.368)
<b>Total</b>	<b>(23.070)</b>

**b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:**

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024
Venda de energia	458.144
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	36.652
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais	27.858
Alíquota vigente	25%
<b>Imposto de renda corrente</b>	<b>(15.702)</b>
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	54.977
Outras receitas não operacionais	27.858
Alíquota vigente	9%
<b>Contribuição social corrente</b>	<b>(7.368)</b>
<b>Alíquota efetiva (%)</b>	<b>(14,3%)</b>

c. **Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:**

Descrição	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	<b>-</b>
Adição por aquisição	1.792
Imposto de renda e contribuição social no exercício	23.147
Impostos pagos sobre o lucro	(8.920)
Compensações no exercício	(10.024)
<b>Saldos finais</b>	<b>5.995</b>

## 19 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas continuamente. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas identificaram contingências classificadas como perda possível no montante de R\$ 4.254, dessa forma nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

## 20 Eventos subsequentes

Em 06 de janeiro de 2025, por meio de AGE, deliberou-se sobre a distribuição de dividendos adicionais da controlada Santo Artur, provenientes da conta de reserva de lucros, conforme balancete datado em 30 de novembro de 2024, no montante de R\$ 30.917. Em 31 de janeiro de 2025 a Companhia recebeu da Santo Artur o montante de R\$ 23.219 a título de dividendos.

Em 19 de fevereiro de 2025, por meio de AGE, deliberou-se sobre a proposta de redução de capital da controlada Santo Artur no montante de R\$ 37.212, com o cancelamento de 37.211.510 ações, sendo 18.605.755 ações preferenciais e 18.605.755 ações ordinárias. Nos termos da legislação societária, a redução de capital supracitada se tornará efetiva ao término do prazo de 60 dias após a publicação da ata, desde que não haja oposição de credores. O documento foi publicado no dia 03 de março de 2025.